

SUPREMACIA DA CONSTITUIÇÃO E CONTROLE DAS DECISÕES JUDICIAIS

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO*

Juiz Federal da 8ª Vara do Ceará e Professor de Processo Civil da Faculdade de Direito da UFC

Resumo:

1. Introdução. 2. Fundamentos políticos da supremacia constitucional. 3. Controle da constitucionalidade das leis e dos atos administrativos. 4. A supremacia da Constituição e as decisões judiciais. 5. Conclusões.

1. INTRODUÇÃO

A idéia de controle da constitucionalidade de quaisquer atos estatais, *entre os quais as decisões emanadas das instâncias judiciais*, pressupõe a idéia antecedente de supremacia constitucional, que por sua vez se apóia no dogma da superioridade das normas e dos princípios expressos e implícitos da Constituição, *sempre que postos em confronto com qualquer outra norma integrante do ordenamento jurídico*.

A necessidade do controle da supremacia da Carta Magna tem justificativa no *componente pluralístico das fontes jurídicas e normativas*, nas sociedades complexas, todas essas fontes habilitadas, pela lógica do ordenamento, a emitir validamente normas destinadas ao disciplinamento orgânico e ao regular funcionamento do macro-sistema social.

Cumpra lembrar que a atividade dessas múltiplas fontes normativas (produção de normas positivas) se encaminha a todo o universo componente da sociedade, que se referencia pelos padrões constitucionais, *entendidos esses como as grandes linhas estruturais não só dos aspectos jurídicos, mas também dos demais que formam a trama da vida social.*

Essa organização encarta a exigência lógica de desníveis normativos, admitindo-se que *umas normas são superiores a outras e que há uma norma pressuposta que é o fundamento de todas as demais, não estando esta apoiada em nenhuma outra que lhe deva ser precedente ou superior - essa norma pressuposta é a chamada Norma Fundamental.*

A Norma Fundamental tem uma conotação quase mágica, por se admitir que é nela que o ordenamento jurídico se unifica, vale dizer, por se entender que é nela que o sistema jurídico se identifica e obtém coerência, sem a qual se esfacelaria inevitavelmente.

Essa Norma Fundamental é traduzida na Constituição, daí a noção necessária de que as suas regras devam ser juridicamente invioláveis por qualquer outra norma: *os seus preceitos são superiores e sempre prevalecem, quando em confronto com outros preceitos produzidos pelos vários órgãos normativos do ordenamento jurídico, quaisquer que sejam.*

Postas essas premissas, torna-se intuitivo admitir-se como indispensável um meio de preservar a supremacia da Norma Fundamental, isto é, da Constituição, *inclusive como técnica de autodefesa do sistema jurídico contra as agressões potenciais ou efetivas oriundas dos seus próprios órgãos normativos internos.*

2. FUNDAMENTOS POLÍTICOS DA SUPREMACIA CONSTITUCIONAL

A pressuposição da superioridade de certas normas, fundamentante lógico da *supremacia constitucional*, tem longa tradição

filosófica, remontando às primeiras formulações dos jusnaturalistas, depois apropriada pelos pensadores modernos, que lhe deram a sofisticada justificação de base racionalista hoje indiscrepantemente reconhecida.

Ao tempo da predominância jusnatural, o requisito da pressuposição de superioridade de certas normas hauria forças da própria idéia (na verdade algo teológica) de *origem das coisas*, ou seja, daquela fecunda noção de que o *cosmos* remonta um ponto de partida irredutível, *antes do qual não havia ordem, nem sistema, nem regularidades*.

A visão do Direito como um sistema (ou como um ordenamento) é uma resultante normal da complexidade social crescente, que traz também e ao mesmo tempo o fenômeno da *multiplicação das fontes de produção normativa, impondo a necessidade de sua sistematização*, como se vê nesta passagem do ilustre filósofo Professor LOURIVAL VILANOVA:

Uma norma jurídica mantém sempre uma relação-de-pertinencialidade a um sistema. Sob o ponto de vista causal genético, as normas surgem dispersas, provindas de fatos sociais múltiplos, em função do equilíbrio dos fatores atuantes no interior das coletividades. Só num estágio avançado de diferenciação cultural, com a politização do poder, convergem para um centro de decisões e dele, ao mesmo tempo, irradiam. (Causalidade e Relação no Direito, Saraiva, 1989, p. 34).

O advento do Estado Moderno e da centralização imediata do poder, as bases filosóficas da modernidade e da racionalidade apanharam a idéia de sistema em toda a sua extensão e deu-lhe, como já dito, a fundamentação lógica que hoje ostenta, conforme assinalado pelo eminente Professor NELSON SALDANHA, da Universidade Federal de Pernambuco, assim explicando o surgimento da noção de *lei suprema* como algo necessariamente conexo à de Constituição:

O postulado da existência de uma norma cujo conteúdo fosse mais importante que o das demais radicou por certo

tempo no jusnaturalismo. Em Althusius, por exemplo, ele encontra guarida. Era o próprio arcabouço do sistema, requeridor de coerência e simetria, que pedia uma diversidade de nível e de força entre as normas. Era também a necessidade de proteger os conteúdos centrais da ordem (social, política e jurídica) contra o alcance do legislador ordinário. Este - sobretudo na urgência das oscilações partidárias - poderia deformar ou mesmo destruir conquistas basilares obtidas dentro de um universo de valores que cabia proteger. (Formação da Teoria Constitucional, Forense, 1983, p. 135).

O dogma da supremacia constitucional volta a ser retomado, mas agora no plano essencialmente jurídico-formal, pela chamada Escola de Viena, florescida no fim do século passado e início deste, a cujos arautos também se deve a sistematização teórica da noção de hierarquização da ordem jurídica, no topo da qual está a Lei Fundamental (a Constituição), como referência obrigatória de toda e qualquer produção normativa posterior e inferior, vindo daí a vazão da verificação da conformidade de uma norma (e de resto de todas as normas) com o texto constitucional.

Eis a conhecida passagem de HANS KELSEN, tido como a mais proeminente figura dessa Escola, dominante da fase mais recente da Ciência do Direito, notadamente do seu ramo publicístico, a respeito da hierarquização das normas formadoras da ordem jurídica:

A ordem jurídica, especialmente a ordem jurídica cuja personificação é o Estado, é, portanto, não um sistema de normas coordenadas entre si, que se acham, por assim dizer, lado a lado, no mesmo nível, mas uma hierarquia de diferentes níveis de normas. A unidade dessas normas é constituída pelo fato de que a criação de uma norma (a inferior) é determinada por outra (a superior), cuja criação é determinada por outra norma ainda mais superior e de que esse regressus é finalizado por uma Norma Fundamental, a mais superior, que, sendo o fundamento supremo de validade da ordem jurídica inteira, constitui a sua unidade. (Teoria Geral do Direito e do Estado, tradução de Luís Carlos Borges, Martins Fontes, 1992, p. 129).

Um escritor mais recente e igualmente original e fecundo na Ciência Jurídica contemporânea, o Professor NORBERTO BOBBIO, acolhe expressamente as idéias de HANS KELSEN sobre o escalonamento da ordem jurídica e preleciona:

A Norma Fundamental é o termo unificador das normas que compõem o ordenamento jurídico. Sem uma Norma Fundamental, as normas de que falamos até agora constituiriam um amontoado, não um ordenamento. Em outras palavras, por mais numerosas que sejam as fontes do Direito, num ordenamento complexo, tal ordenamento constitui uma unidade pelo fato de que, direta ou indiretamente, por voltas mais ou menos tortuosas, todas as fontes do Direito podem ser remontadas a uma única norma. Devido à presença, num ordenamento jurídico, de normas superiores e inferiores, ele tem uma estrutura hierárquica. As normas de um ordenamento são dispostas em ordem hierárquica. (Teoria do Ordenamento Jurídico, tradução de Cláudio de Cicco e Maria Celeste C. J. Santos, Polis, 1989, p, 49).

Esses raciocínios conduzem à solidificação da noção de *supremidade da Constituição*, a fazer com que as suas normas positivas sempre preponderem sobre quaisquer outras, seja qual for a fonte de que promanam, inclusive, como se pode entender, sobre as *normas concretas* emanadas dos diversos órgãos do Poder Judiciário através das soluções das lides (organização do controle de constitucionalidade das decisões judiciais).

Esse é o ponto de partida da hierarquização e do posterior aprimoramento do controle da produção normativa das fontes de produção jurídica interna de cada ordenamento, de modo que todas elas, sem exclusão, se submetem permanentemente à Constituição e ao teste ou verificação de compatibilidade com ela, *para assegurar a continuidade do primado das referidas grandes linhas da organização social, inseridas no seu contexto.*

3. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS E DOS ATOS ADMINISTRATIVOS

A história da evolução das técnicas de controle da constitucionalidade dos atos estatais mostra que a atividade legislativa é tradicionalmente a mais carregada de lesividade potencial contra a Constituição, pelo elevado teor político que nela se manifesta, como igualmente pela sua generalidade, abstratividade e permanência, *por isso se desenvolveu, em primeiro lugar, o sistema de controle de constitucionalidade das leis, ou seja, o controle dos atos típicos do Poder Legislativo.*

Terá préstimo refletir que a técnica de controle da constitucionalidade dos atos do Parlamento (Leis) envolve também a *prevalência do modelo institucional contido na Constituição*, o que representa, de certa forma, a contenção da inovação e a preservação do estabelecido, aí residindo um forte indício de matiz ideológico.

O campo de elaboração de leis válidas passa a ser somente aquele que se compatibiliza completamente com a Carta Magna; a aceitação de interpretação que admita a validade de norma legal (*ou de qualquer norma infraconstitucional*) afrontosa, ainda que remotamente, dos preceitos da Constituição encontra o mais veemente repúdio doutrinário, como se vê nessa condenação do Professor PAULO BONAVIDES:

Admitir a interpretação de que o legislador pode a seu livre alvedrio legislar sem limites, seria pôr abaixo todo o edifício jurídico e ignorar, por inteiro, a eficácia e majestade dos princípios constitucionais. A Constituição estaria despedaçada pelo arbítrio do legislador. (Curso de Direito Constitucional, Malheiros, 1993, p, 354).

Como desdobramento simétrico do modelo adotado para o controle das normas legais, desenvolveu-se o sistema de controle dos atos do Poder Administrativo, praticados com o fim ou a pretexto de dar execução às leis.

Esse controle se fez, inicialmente, em face das próprias disposições legais e diante da prática da atividade administrativa chamada de vinculada, evoluindo-se, já agora mais amplamente, *para o seu exercício em face dos preceitos da Constituição, mesmo em certos casos da chamada discricção administrativa, mediante a adoção de padrões abstratos, quais os conceitos de proporcionalidade e razoabilidade que se diz inseridos na Lei Fundamental.*

Na asserção do Professor WILLIS SANTIAGO GUERRA FILHO, da Universidade Federal do Ceará, apesar de a Constituição Brasileira não trazer disposição expressa quanto ao princípio da proporcionalidade, isso não impede o seu reconhecimento e aplicação, dizendo o mestre:

O princípio (da proporcionalidade), assim, coincide com a essência e destinação mesma de uma Constituição que, tal como hoje se concebe, pretenda desempenhar o papel que lhe está reservado na ordem jurídica de um Estado de Direito Democrático. (...). A circunstância de ele não estar previsto expressamente na Constituição de nosso País não impede que o reconheçamos em vigor também aqui, invocando o disposto no parág. 2º. do art. 5º.: 'os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados'. (Processo Constitucional e Direitos Fundamentais, Celso Bastos Editor, 1999, p. 61).

O controle da compatibilidade das leis e dos atos administrativos com a Constituição é um dos temas mais caros ao Direito Público e comporta análises relevantíssimas, *envolvendo não apenas essa questão central da hierarquia normativa, mas também a da permanência dos direitos individuais diante das regras afluentes, a da pressuposição de validade dos atos do Poder Público, a da prevalência do interesse público sobre o dos particulares, o da aplicação razoável e proporcional das normas dos sistema e muitos outros e idêntico interesse.*

O controle de constitucionalidade de todos os atos do Poder Público tem se expandido constantemente, sobretudo por influência do padrão norte-americano, que desenvolveu a noção de controle dos atos

políticos em face da Constituição, no interesse de reforçar a sua supremacia, dada a crença, forte naquele País, de que a Carta Magna representa um fator de segurança dos direitos individuais e de estabilidade das relações jurídicas, o que é aliás típico do sistema.

4. A SUPREMACIA DA CONSTITUIÇÃO E AS DECISÕES JUDICIAIS

O controle de constitucionalidade das decisões judiciais tem a mesma natureza, a mesma lógica e a mesma finalidade do controle que se exerce sobre os demais atos estatais (legais e administrativos), como já está consagrado como característico do Estado de Direito, quais sejam a de assegurar a prevalência da Constituição, a sua supremacia diante de quaisquer outras normas, sejam genéricas ou sejam concretas.

*No Brasil, adotou-se, tradicionalmente, o controle *jurisdicional* da constitucionalidade das leis e dos atos da Administração, que se exerce, tanto por via de exceção (controle difuso), *diante de qualquer órgão do Poder Judiciário*, como por via de ação (controle concentrado), *exclusivamente perante o Supremo Tribunal Federal, através de ações especiais (ADIN e ADC) previstas na Carta Magna (art. 102, I).**

*A sistematização do controle concentrado das leis e dos atos de teor normativo do Poder Público é, no Brasil, de formação mais recente, sendo certamente fruto da evolução da antiga forma de submissão, ao Supremo Tribunal Federal, por *representação* do Procurador Geral da República, desses atos estatais, *quando considerados inconstitucionais.**

*O método da *representação ao Procurador Geral da República*, que vigorou por décadas, inobstante o seu inegável valor intrínseco, trazia o inconveniente de dar a esse órgão o monopólio da iniciativa do controle de constitucionalidade em abstrato, sendo essa a crítica mais severa que se lhe fazia, eis que a proposição da medida *terminava sendo uma decisão de ordem eminentemente administrativa.**

A posterior evolução do método do controle concentrado de compatibilidade constitucional desses atos do Poder Público, com a adoção de modelo mais aberto, quanto à legitimação para sua proposição, não afetou, porém, pelo menos até agora, *salvantes situações de relevância menor*, a sua forma difusa, cujo exercício, como já dito, pertence a qualquer órgão do Poder Judiciário, *que o desempenha em cada caso de per si (topicamente), sem repercussão ultrapartes*.

Pelo controle difuso, deve o órgão judicial, *no exame objetivo de cada caso concreto apresentado à sua decisão, desde que regularmente instaurado processo em que o direito da parte envolva a aplicação de dispositivo da Carta Magna, negar aplicação imediata à norma legal havida por inconstitucional*.

A doutrina do Direito Constitucional seguida no Brasil, graças à influência de RUI BARBOSA, acolheu em grande medida as diretrizes essenciais da doutrina desenvolvida nos Estados Unidos e, no que respeita diretamente ao controle da constitucionalidade das leis, a construção devida ao Juiz JOHN MARSHALL, da Suprema Corte, que dizia, enfatizando o papel do Judiciário no exercício dessa atribuição:

Essa teoria (a de que o Judiciário pode negar aplicação a leis inconstitucionais) é essencialmente ínsita às Constituições escritas e é, conseqüentemente, para ser considerada por este Tribunal como um dos princípios da nossa comunidade. (Obras Completas de Rui Barbosa, Questão Minas x Werneck, MEC, 1980, vol. XLV, tomo IV, p. 207)

Registre-se, entretanto, nesse particular, que as Constituições Brasileiras, desde a de 1891, *nunca atribuíram o exercício do controle difuso da compatibilidade constitucional das leis aos órgãos jurisdicionais de Primeiro Grau*, mas somente aos Tribunais, tendo-se alvitado, na vigência da Carta de 1891, que somente às Cortes de Justiça se reconhecia esse poder.

Na primeira Constituição Republicana não se exigia *quorum* especial para declaração de inconstitucionalidade de lei pelos Tribunais, o que é apenas um aspecto de técnica de julgamento, tendo se entendido, na época, que a decisão poderia ser adotada por maioria simples.

Contudo, o Decreto 958, de 1902, e o Decreto 1939, de 1909, passaram a exigir, para esse pronunciamento, o quorum de 2/3 dos Juízes, o que perdurou até a Carta de 1934 (art. 179), quando se passou à exigência de maioria absoluta, como permanece até hoje.

Realmente, é inexplicável que a Carta Política de 1891, em grande parte inspirada diretamente na Constituição Americana, *não tenha incluído um dispositivo que autorizasse a todos os órgãos da jurisdição a inaplicação da lei inconstitucional*, reproduzindo a norma do art. VI, parág. 2°. daquela Carta que lhe serviu de modelo e que assim enuncia:

Esta Constituição e as Leis dos Estados Unidos que, na sua conformidade, vierem a ser feitas, bem como os tratados feitos ou que se vierem a fazer, sob a autoridade dos Estados Unidos, serão a suprema lei territorial e os Juízes em todos os Estados lhes estarão submetidos, ainda que a Constituição e as Leis de qualquer Estado disponha em contrário.

Possivelmente terá sido por cautela, talvez de base ideológica, *quicá algum temor monarquista quanto aos Juízes de Primeiro Grau*, que os constituintes republicanos omitiram essa previsão, *poremos mais eminentes Juristas daquela época já vindicaram, mesmo depois da Constituição, o controle difuso da constitucionalidade das leis.*

O que é certo é que, em decisão de 10.02.1897, numa das primeiras questões constitucionais relevantes submetidas à sua apreciação, a Suprema Corte do País proclamava:

"Os Juizes Estaduais, como os Federais, têm faculdade para, no exercício de suas funções, deixarem de aplicar as leis inconstitucionais." (Direito, vol. LXXIII, p. 140).

Por conseguinte, entre nós, o controle difuso da constitucionalidade, exercido pelos órgãos jurisdicionais de Primeiro Grau, não resulta de uma norma jurídica positiva, qual se dá com esse mesmo controle pela Cortes de Justiça e com o controle concentrado, mas sim do princípio lógico-jurídico que afirma a supremacia da Lei Fundamental.

Além desse fundamento essencialmente doutrinário, podem ser considerados outros, como o da amplitude da jurisdição *e o de que a Carta Magna, do mesmo modo que as leis, reconhece direitos, assegura garantias e integra a ordem normativa positiva.*

Na vigência da Carta Magna de 1891 e tratando da questão do controle difuso da constitucionalidade das leis, RUI BARBOSA mostrava que a *questão constitucional é também uma questão de direito comum*, passível, portanto, de submeter-se normalmente à jurisdição ordinária dos Juízes.

Já naquele tempo, o que se exigia para a aplicação desse controle era que a alegação fosse argüida em processo regularmente instaurado e atendendo às regras específicas de sua cognição, máxime a que exigia a aplicação de uma norma da Constituição, para afastar outra que dispunha de modo diverso, assim arrematando o notável jurista baiano a sua pioneira lição:

Regras todas essas consubstanciáveis numa só que aqui deixarei lançada, como elemento concorrente com as premissas anteriormente fixadas para a minha dedução final. A inaplicabilidade do ato inconstitucional do Poder Executivo ou Legislativo decide-se, em relação a cada caso particular, por sentença proferida em ação adequada e executável entre as partes. (Ato Inconstitucional, 1893, p. 23).

O controle de constitucionalidade das decisões judiciais, que não existe, no Brasil, na forma *concentrada*, mas somente na sua forma *difusa*, é realizado intraprocessualmente, mediante arguição de qualquer das partes litigantes, em qualquer momento do processo, *ainda que não se a tenha declinado desde o seu início.*

Proferida a decisão da lide, mas antes do seu trânsito em julgado, poderá ainda se exercer esse controle difuso, *mediante a interposição de recurso extraordinário, desde que atendidos certos pressupostos processuais* (art. 102, III, *a, b e c* da Carta Magna).

Entre esses requisitos está o de que a decisão seja de única ou última instância ordinária, o que relembra a exclusividade de previsão constitucional em favor dos Tribunais, quanto ao exercício do controle difuso.

O propósito dessa modalidade recursal, como resulta evidente, é o de assegurar a prevalência da Constituição e a inteireza positiva dos seus ditames.

Esse controle (pela via recursal extraordinária) é também incluído no *tipo difuso*, daí a decisão que se profere ser restrita, em princípio, às partes litigantes na ação, embora o critério da extensão do julgado (*interpartes*) não seja mais suficiente para o discriminar do tipo *concentrado*, pois a aplicação da eficácia da decisão judicial *ultrapartes* é uma tendência do Direito Processual contemporâneo.

A incompatibilidade de uma decisão judicial com alguma norma constitucional pode se verificar, primariamente, na fase de sua própria elaboração processual, produzindo-se, ao final, um provimento jurisdicional que é, *desde a sua origem*, impactante da Constituição.

Mas se há de assinalar que, durante o trâmite do processo judicial em que a decisão se formou e até após a sua prolação, *terá sido possível, através da utilização dos recursos que o ordenamento jurídico põe à disposição da parte, viabilizar esse mesmo controle de constitucionalidade*.

Se, nessa fase, *houve resignação da parte prejudicada com a condução inconstitucional do processo ou com a sua decisão inconstitucional subsequente (ou passível dessa arguição)*, a coisa julgada

daí emergente *surge sobranceira*, como *a conclusão de um litígio e um julgamento de uma controvérsia*, cujo escopo essencial é a pacificação social, isto é, a eliminação definitiva do estado de conflito potencial ou efetivo entre as partes.

Esse escopo pacificador (não apenas das partes em litígio, mas de toda a sociedade) é um dos macro-objetivos da jurisdição e por ele que se justificam as instituições que tranqüilizam a vida jurídica, tais como a prescrição, a decadência, a coisa julgada e outras que têm o mesmo objetivo de evitar demandas sucessivas e intermináveis.

De qualquer modo, a coisa julgada se formará, mesmo em agressão a dispositivo constitucional, caso em que deve ser entendida *como fenômeno exclusivamente processual*, tanto que o sistema jurídico, em seu prestígio, *considera que a sua emersão aplaina todas as controvérsias, resolve todas as questões e soluciona todos os argumentos pró e contra, tenham (ou não) sido oportunamente apresentados* (art. 474 do CPC).

Se assim não fosse, restariam eliminadas a eficácia e a utilidade do controle difuso da constitucionalidade das leis e, em cada caso concreto em que ocorresse essa arguição, se deveria suspender o processo e aguardar o pronunciamento do Guardião da Constituição, *o que protelaria para o longo prazo a solução da controvérsia e, mais ainda, importaria em fragilização dos próprios preceitos da Carta Magna*.

Por conseguinte, uma decisão judicial que se forme ao fim de um processo, sobrevivendo-lhe a qualidade de coisa julgada, *não mais poderá ser avaliada, em termos de compatibilidade constitucional*, nesse mesmo processo, por mais patente que seja o antagonismo, porque vencidas todas as oportunidades intraprocessuais para o seu exercício.

O instituto da coisa julgada, *como resultante da atividade jurisdicional*, é de rematada e evidente relevância para a estabilidade das

relações sociais a que o Direito dá abono *e a sua relativização poderia resultar na implantação de um sistema jurídico instável*, o que seria, de certo modo, algo eivado de contradição.

O exercício da jurisdição é contemplado no sistema jurídico como *fonte formal do Direito, ou seja, os órgãos da jurisdição criam, por aplicação das normas abstratas, normas jurídicas concretas*, cuja legitimidade deriva da inserção do Poder Judiciário na própria estrutura estatal, remontando a sua origem (a do Poder Judiciário) também à prefalada Norma Fundamental, legitimadora da atividade de todos os órgãos do Estado.

A força da coisa julgada, em caso assim, *não depende do conteúdo da decisão*, mas simplesmente da regular observância do processo de sua formação, *do mesmo modo que a força da lei não depende do seu conteúdo, mas sim da regularidade de sua elaboração pelo órgão competente (Parlamento)*.

Não deve causar pasmo afirmar-se que a decisão judicial, para ser ato criativo de direito, seja *um ato de vontade*, do mesmo modo que a lei também o é tanto a decisão judicial como a lei são elaboradas por mentes humanas que expressam a *vontade estatal*, não as suas *vontades psicológicas*, ainda que se ceda à tentação de dizer que isso é uma ficção política.

Dessa forma, as decisões judiciais transitadas em julgado *valem por si* e a sua estabilidade atende a uma exigência de natureza social inafastável, se fosse eliminada essa estabilidade, se inauguraria o reino da insegurança, pois o término das controvérsias é essencial à paz entre as pessoas, assim se justificando institutos como a preclusão, a prescrição e a decadência, como diz JOÃO MONTEIRO:

Os vencidos nunca são convencidos. Mas a lei, e pondo na balança, de um lado, o supremo ideal da justiça em sua insubmersibilidade theorica, e de outro o interesse prático da

estabilidade econômica das relações de direito concretizadas, viu que este mais ponderava. Então criou a coisa julgada, Por ella tornou impossível que se perpetue a instabilidade das relações de direito, e, portanto, firmou por ella a paz jurídica, tal como fizera a prescrição. (Theoria do Processo Civil e Commercial, 1925, p. 736).

Formando-se a coisa julgada, a eventual eiva de incompatibilidade com a Constituição não ficará, porém, a salvo de qualquer remédio, pois a decisão com tal vício poderá ser rescindível através de ação própria (art. 485, V do CPC), se potencialmente dada em contraposição a uma norma jurídica inserta na Carta Magna.

Situação diversa ocorre, porém, quando a decisão judicial se torna subsequente inconstitucional, como se dá, por exemplo, quando após a sua formação processual, o órgão de controle extremo da constitucionalidade (STF) pronuncia uma decisão interpretativa da Carta Magna, cujo conteúdo desfalca aquela decisão judicial do suporte que parecia ter.

Essa situação é absolutamente previsível no sistema de *controle difuso da constitucionalidade das leis*, uma vez que a sua aplicação *não elimina a ulterior atividade do órgão de controle concentrado*, podendo realmente surgir divergência entre os dois pronunciamentos.

Quando se trata de dissídio no nível interpretativo de normas infraconstitucionais, a orientação predominante na doutrina jurídica e na Jurisprudência do STF *é no sentido de prestigiar-se a decisão dos Tribunais locais* (Súmula 343), em amor à eficácia do sistema de controle difuso, *ainda que o STF venha a se posicionar em rumo contrário*.

Mas, se se tratar de interpretação de texto da Carta Magna, essa orientação não se faz aplicável, *em face do dogma da supremacia da Constituição e do monopólio do STF, nela previsto (art. 102, caput), em dar-lhe a exegese final*.

Comporta dividir duas possibilidades distintas: se a decisão do STF foi adotada em sede de controle difuso da constitucionalidade, *nenhuma repercussão imediata terá sobre a decisão do Tribunal local*, porque em tema de controle difuso *todos os órgãos jurisdicionais são dotados de idêntico poder*.

Mas se a decisão do STF foi tomada em sede de controle concentrado (ADIN ou ADC), a repercussão da decisão do STF sobre a decisão do Tribunal local dependerá do momento processual da sua adoção:

(a) se a decisão do Tribunal local é *posterior* à decisão (em sede concentrada) do STF, caracteriza um caso de inconstitucionalidade a ser corrigido pela via da ação rescisória, quer se trate de decisão proferida em ADIN ou em ADC, porque, na primeira hipótese (ADIN), a Corte local terá adotado uma decisão com base numa norma jurídica já declarada inconstitucional e posta à margem do sistema, na segunda hipótese (ADC), terá dado solução adversa à orientação pretoriana superior vinculante (art. 102, parág. 3º da Carta Magna);

(b) se a decisão do Tribunal local é *anterior* à decisão (em sede concentrada) do STF, a repercussão sobre ela deverá observar o efeito (*ex nunc* ou *ex tunc*) que for atribuído ao pronunciamento superior; normalmente, se o STF silenciar sobre esse aspecto, a decisão há de ser entendida como produtora de efeitos *para o futuro*, somente se admitindo a produção de efeitos sobre os casos pretéritos *se houver expressa deliberação nesse sentido*.

5. CONCLUSÕES

1. A idéia de que há, nas estruturas normativas, uma norma que é o *ponto de origem* de todas as outras é bastante antiga e se radica nas proposições jusnaturalistas.

2. A norma originária tem, por suposição, conteúdo *superior* ao das subseqüentes, impondo-se, nos sistemas complexos, a organização de mecanismos que assegurem a sua prevalência, dada a multiplicidade de fontes internas produtoras de novas normas.

3. A supremacia da Constituição tem fundamentos políticos, no intuito de preservar conquistas básicas obtidas em determinados contextos da evolução da sociedade.

4. O controle da constitucionalidade é extensivo a quaisquer normas jurídicas, sejam abstratas ou concretas, bem como a quaisquer atos da Administração, sejam vinculados ou discricionários.

5. O método de controle difuso da constitucionalidade atribui a qualquer órgão da jurisdição a potestade de inaplicar uma norma que tenha por infringente da Constituição, *mas não elimina o controle concentrado dessa mesma norma, daí podendo resultar decisões díspares*.

6. O controle da constitucionalidade das decisões judiciais é feito sempre de forma difusa e intraprocessual.

7. A não alegação de inconstitucionalidade, no desenvolvimento de um processo, não impede a formação da coisa julgada, *apenas ensejando a rescisão da decisão, se atendidos os demais pressupostos da ação respectiva* (art, 485 do CPC).

8. A superveniência de inconstitucionalidade de uma decisão judicial, em face de decisão do STF em sede de controle concentrado (ADIN ou ADC), se resolve com recurso às regras especiais que regem a aplicação das normas no tempo.